



ACÓRDÃO Nº117/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11473/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional – ESPI.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Maria Stela Brito Cyrino (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7709/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional - ESPI. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2018, da Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional – ESPI, de responsabilidade da **Sra. Maria Stela Brito Cyrino**, Diretora-Geral da ESPI e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação** à **Sra. Maria Stela Brito Cyrino**, Diretora-Geral da ESPI e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.3. **Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que:
 - 10.3.1. Encaminhe à atual Administração da Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional – ESPI, cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº117/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3.2. Notifique a **Sra. Maria Stela Brito Cyrino**, Diretora-Geral da ESPI e Ordenadora de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso;

10.3.3. Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Fevereiro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral, em substituição